

Setembro/2017 (Dados de Julho/2017)



Desempenho Fiscal

União registra deficit primário de R\$ 69,6 bilhões até julho de 2017 e Poder Executivo propõe alteração da meta de deficit anual de R\$ 142,0 bilhões para R\$ 162,0 bilhões. No âmbito do governo central, expectativas de mercado apontam para deficit anual de R\$ 154,8 bilhões, superior à meta original de deficit de R\$ 139,0 bilhões, mas compatível com a nova meta proposta de R\$ 159,0 bilhões.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		METAS LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM JULHO	ATÉ JULHO (A)	ORIGINAL (B)	PLN 17 (C)	
Setor Público Consolidado	-16,1	-51,3	-143,1	-163,1	-111,8
União	-13,5	-69,6	-142,0	-162,0	-92,4
Governo Central	-14,0	-68,7	-139,0	-159,0	-90,3
Empresas Estatais Federais	0,5	-0,9	-3,0	-3,0	-2,1
Estados e Municípios	-2,7	18,3	-1,1	-1,1	-19,4

Fonte: Banco Central para valores realizados, Lei 13.408/2016 e PLN 17/2017 para metas da LDO 2017.

O resultado primário da União em julho de 2017 foi deficitário em R\$ 13,5 bilhões. No acumulado do ano, apura-se deficit de R\$ 69,6 bilhões. Entre os grandes agregados fiscais, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou deficit primário de R\$ 96,4 bilhões no período. Descontado o INSS, portanto, o resultado fiscal da União acumulado até julho seria superavitário em R\$ 26,8 bilhões.

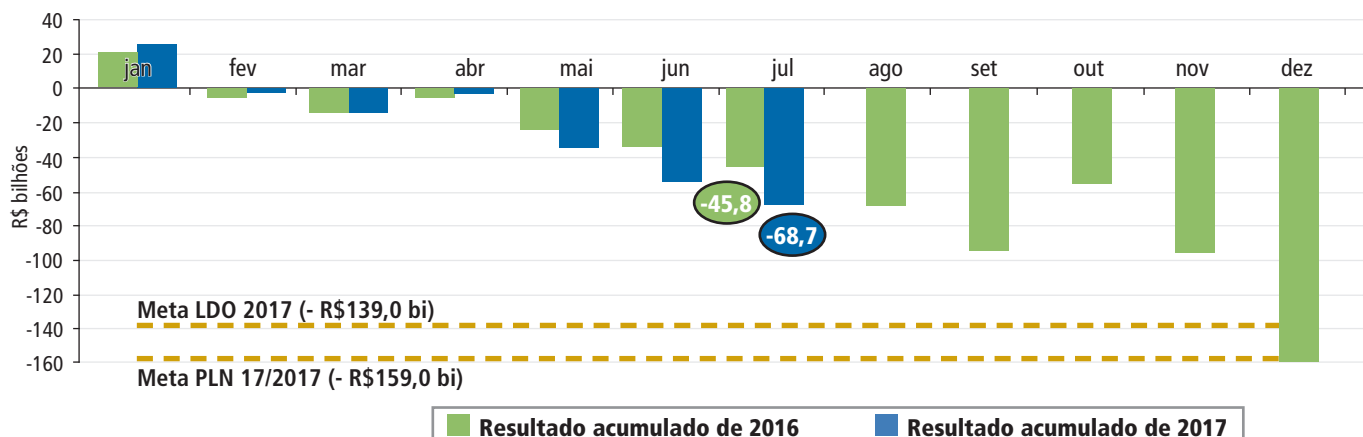
Em face do risco de descumprimento das metas fiscais originalmente fixadas, apontado em edições anteriores, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o PLN 17/2017, com vistas à ampliação das metas de deficit anual, conforme retratado no quadro acima.

Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), a mediana das projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de agosto), aponta para deficit de R\$ 154,8 bilhões em 2017. Tal resultado, embora compatível com a meta de deficit de R\$ 159,0 bilhões constante do PLN 17/2017, é superior à meta original de deficit de R\$ 139,0 bilhões.

O atual quadro fiscal revela que, mesmo com a entrada em vigor do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95, de 2016), instituído com vistas à contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o cenário de dificuldade de resgate do equilíbrio das contas públicas.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



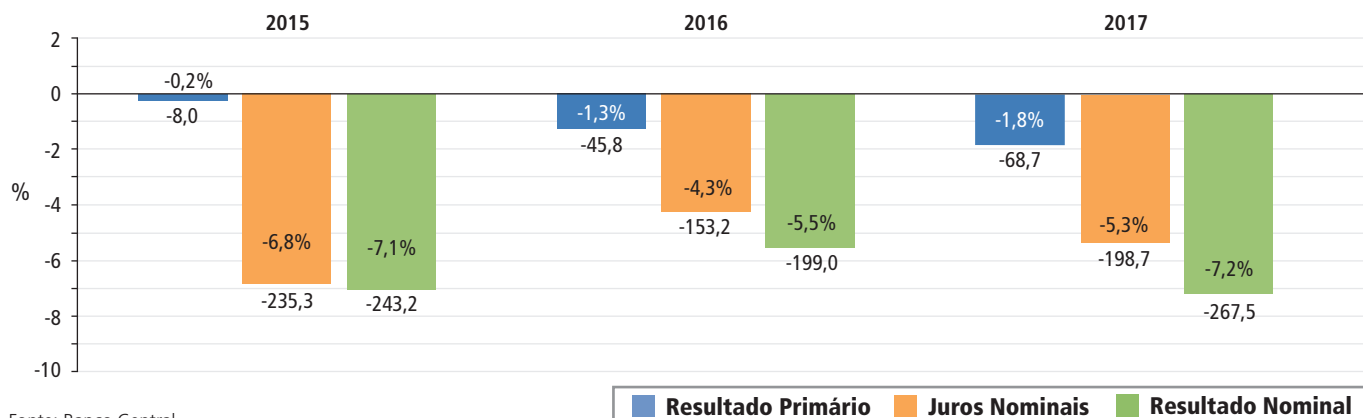
Fonte: Banco Central

Em julho de 2017, o governo central apresentou deficit primário de R\$ 14,0 bilhões, frente a deficit de R\$ 11,9 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No acumulado do

ano, o resultado foi deficitário em R\$ 68,7 bilhões (1,9% do PIB). No mesmo período de 2016, o deficit primário acumulado foi de R\$ 45,8 bilhões (1,3% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Até Julho (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

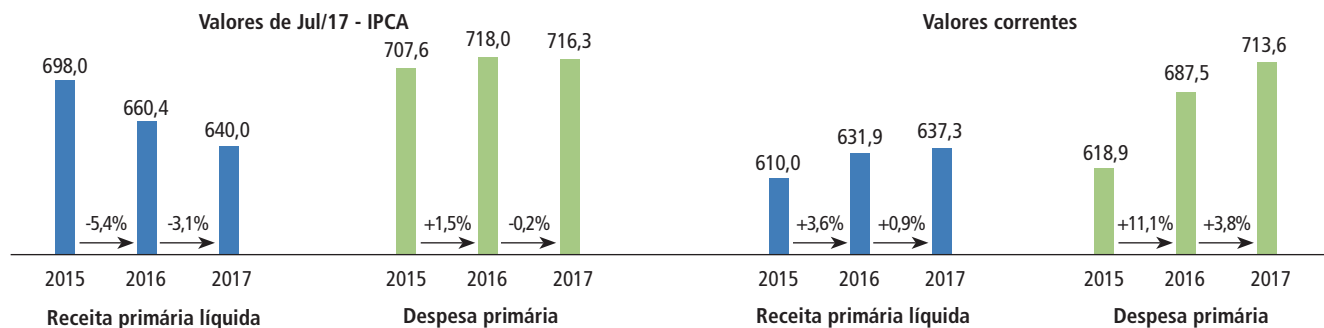
O resultado nominal do governo central até julho de 2017 foi deficitário em R\$ 267,5 bilhões (7,2% do PIB). Em 2016, o deficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 199,0 bilhões (5,6% do PIB).

Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 198,7 bilhões (5,3% do PIB) até julho, comparativamente aos R\$ 153,2 bilhões (4,3% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente no patamar de 9,25% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, tendo em vista a queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do deficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do nível da dívida pública, conforme registrado no item F.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Jul (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 3,1% no período de janeiro a julho de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária teve queda real de 0,2%, em linha com a dinâmica esperada de crescimento “real zero” associada ao novo regime fiscal.

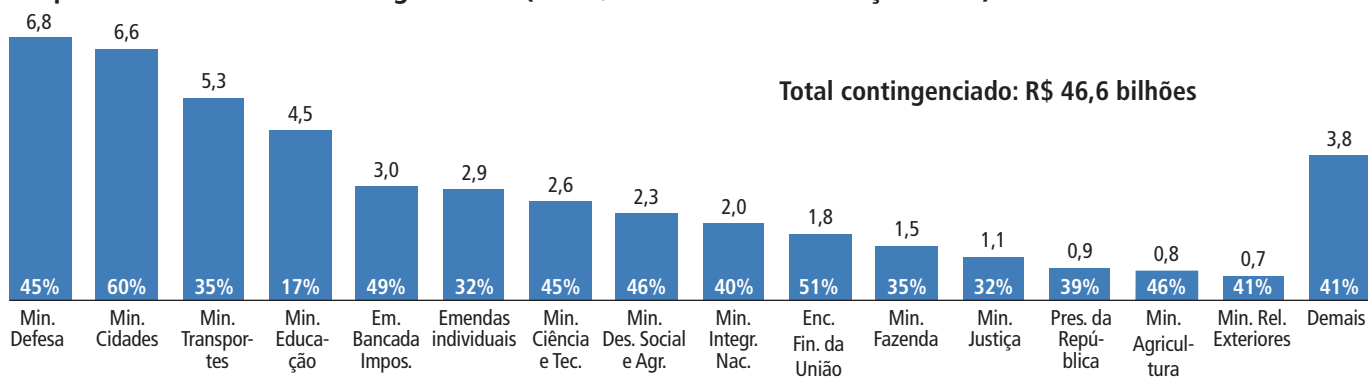
O decréscimo na receita líquida é explicado, em grande medida, pelo recebimento no primeiro semestre de 2016 da maior parte do bônus de outorga referente a 29 usinas hidrelétricas, sem correspondência em igual período de 2017.

A redução real observada no lado das despesas, por seu turno, decorreu da redução de R\$ 25,5 bilhões (-16,3%) nas despesas discricionárias e pela redução de R\$ 11,9 bilhões (-9,1%) em outras despesas obrigatórias, compensados parcialmente por aumentos de R\$ 19,5 bilhões (6,9%) nos Benefícios Previdenciários e de R\$ 16,2 bilhões (10,9%) nas despesas com Pessoal e Encargos.

A contenção de despesas discricionárias, embora contribua, no curto prazo, para a geração de resultados primários menos desfavoráveis, não representa medida sustentável de recuperação do equilíbrio fiscal. Além disso, conforme demonstrado adiante, a contenção de despesas discricionárias, no curto prazo, é realizada à custa de elevado nível de contingenciamento.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.113/2017, e Siga Brasil. O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 32% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2017 para o Poder Executivo (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2016 (R\$ 8,6 bilhões). Considerado esse valor, o contingenciamento representou 29% do montante disponível para execução.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2017, o Poder Executivo apurou a necessidade de ampliar em R\$ 6,0 bilhões o volume de contingenciamento das despesas discricionárias da União. Essa nova parcela de limitação de empenhos decorre da redução de R\$ 1,6 bilhão na estimativa da receita

primária líquida e da previsão de incremento de R\$ 4,6 bilhões nas despesas primárias. Identifica-se, em adição, não haver mais necessidade de compensar R\$ 0,2 bilhão em decorrência da previsão de resultado primário desfavorável das empresas estatais.

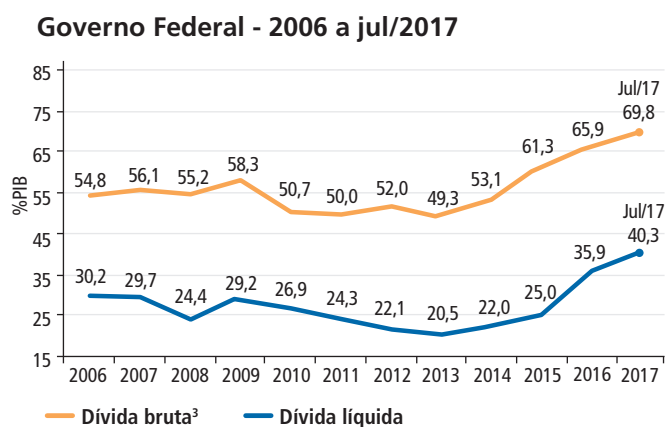
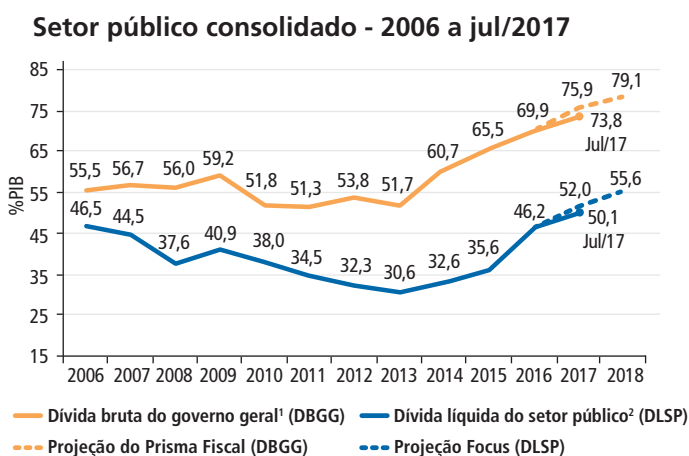
Vale destacar que a redução da receita primária líquida já contempla a previsão do aumento de arrecadação decorrente tanto da elevação de PIS e Cofins sobre combustíveis quanto da aplicação do art. 2º da Lei 13.463/2017, relativo à devolução de precatórios não sacados pelos credores e depositados há mais de 2 anos em instituição financeira oficial.

Pelo lado da despesa, destaca-se a incorporação do impacto primário projetado de R\$ 6,3 bilhões resultante da

reclassificação fiscal das despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), efetuada a fim de minimizar a discrepância estatística entre as óticas de apuração acima e abaixo da linha.

Editado o Decreto 9.113/2017, encontram-se contingenciados R\$ 46,6 bilhões da dotação atualizada até o mês de agosto, conforme detalhamento do gráfico, o que equivale a 31,5% das despesas discricionárias autorizadas do Poder Executivo, que correspondem a R\$ 148,0 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal e Relatório Focus de 25/08/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

Até julho, a dívida bruta do governo geral (DBGG) cresceu 0,7 p.p. em relação ao fim de junho de 2017 e alcançou 73,8% do PIB (R\$ 4,7 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 50,2% do PIB (R\$ 3,2 trilhões), e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 18,4% do PIB (R\$ 1,2 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,2 trilhões (50,4% do PIB) em julho, registrando decréscimo de R\$ 8,6 bilhões em relação a junho. O resultado refletiu resgates líquidos de R\$ 33,8 bilhões, decréscimo de R\$ 0,8 bilhão em razão da apreciação cambial e incorporação de juros de R\$ 25,9 bilhões.

Os resultados fiscais deficitários do mês de julho, comentados nos itens A a C, mantêm a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de agosto, a DBGG deve alcançar 75,9% do PIB ao final deste ano e 79,1% do PIB ao término de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) alcançou 50,1% do PIB (R\$ 3,2 trilhões) em julho, aumentando 1,4 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, a elevação de 3,9 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 3,7 p.p.), do deficit primário (aumento de 0,8 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1%), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,0 p.p.), da apreciação cambial acumulada de 3,9% (aumento de 0,6 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 0,7 p.p. em julho de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 69,8% do PIB (R\$ 4,5 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal aumentou 1,4 p.p. no período e registrou 40,3% do PIB (R\$ 2,6 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D’Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | **Impressão:** Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal